



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2. - 2ª Revisão Orçamental aos documentos previsionais de 2015 – Serviços Municipalizados de Abrantes

Considerando o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do ponto 8.3 do POCAL, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar a 2ª Revisão Orçamental aos documentos previsionais de 2015 – Serviços Municipalizados de Abrantes.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. – Pedido de autorização para venda de terreno a preço simbólico para construção de uma Igreja, na Encosta da Barata

Considerando o disposto na alínea i) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **autorizar a venda de terreno a preço simbólico para construção de uma Igreja, na Encosta da Barata.** (documento anexo)

Votação:

APROVADA POR MAIORIA, com
5 abstenções (1 BE + 4 EDU)

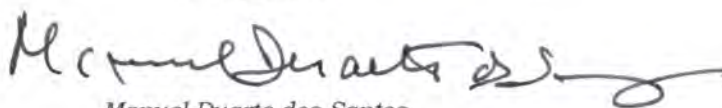
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

O Vice-Presidente esclareceu que a Presidente da Câmara já apresentou, numa reunião de câmara anterior, informação sobre as competências dos municípios nesta matéria, e reforçou que o parecer emitido pela autarquia tem apenas por base o enquadramento destas ações os seus instrumentos de gestão territorial.

O vereador Luís Abilú sugeriu então que a autarquia, logo que possível, nos seus instrumentos de gestão territorial acautele estas preocupações.



Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano

Nº 03 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para aprovação a seguinte proposta: - PG 193352

"Ao abrigo da alínea i) do artigo 25º, da Lei nº 75/2013 de 12/9, pode a Assembleia Municipal autorizar a Câmara a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar, o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no nº 2 do artigo 33º.

Considerando que a Fábrica da Igreja Paroquial de São Vicente – Abrantes tem vindo a solicitar à Câmara Municipal a cedência do terreno municipal anexo ao lar de idosos, para a construção de uma Igreja na Encosta da Barata;

Considerando que o Município tem disponível um terreno municipal, assinalado na planta anexa, com a área de 3.388,00 m² que é confinante a poente com a parcela anteriormente cedida, onde já se encontra construído o Lar de Idosos "Domus Pacis";

Considerando que por despachos do Sr. Vice-presidente de 12.05.2015 e 21.05.2014, a forma de transação da propriedade para a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Vicente e S. João, será feita nos mesmos termos que a transação para a cedência da propriedade para instalação do lar, ou seja, venda a preço simbólico a 0,50€ (cinquenta cêntimos) por metro quadrado;

Propõe-se assim a remessa do presente processo à Assembleia Municipal para que esta autorize a CMA a vender o espaço assinalado em planta anexa, com a área de 3.388m², pelo preço de 1.694,00€ (que se considera simbólico), mas sujeito às condições essenciais do negócio, produzindo esta os efeitos resolutivos decorrentes do artigo 270º e 274º nº 1 do Código Civil, ou seja, exigindo-se a reversão, caso as condições não sejam cumpridas, e dada a função não mercantil dos terrenos disponibilizados pelo município, condições estas obrigatoriamente sujeitas a registo:

a) Deve o licenciamento ser apresentado no prazo de 1 ano e a obra estar concluída e com autorização de utilização no prazo de 5 anos, contados a partir da data da assinatura desta escritura;

b) A venda é feita pelo preço simbólico de 0,50€/m², por o terreno se destinar à construção de uma igreja, instalações de apoio e atividades conexas com a mesma, sendo que é expressamente proibido utilizar o terreno para outro fim que não este, sob pena de reversão;

- c) O valor para a reversão será o valor da alienação, acrescido do valor do índice de preços ao consumidor, mas deduzido dos eventuais encargos do processo de reversão, incluindo judiciais, registrais e administrativos se a tal houvesse lugar;
- d) Não é autorizada a alienação a terceiros, antes do cumprimento das obrigações e das construções nos termos e prazos estipulados.

Remete-se a minuta da escritura para aprovação na Câmara Municipal, delegando-se poderes na Sr^a. Presidente para a sua assinatura.

Além da aprovação da presente alienação e respetiva minuta de escritura, e para efeitos de inscrição matricial, torna-se necessário autorizar a desanexação da parcela de terreno com 3.388 m², que confronta do norte e sul com Urbanização da Encosta da Barata, do nascente com Praceta Arquipélago da Madeira e do poente com Lar de Idosos Domus Pacis, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 44.806, fls 193v, Lv B-113. A parcela destina-se à construção de uma igreja, sendo a presente alienação efetuada por via do direito privado, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de setembro, não havendo, também, inconveniente do ponto de vista urbanístico, e não resultando para o prédio originário qualquer ónus de não fracionamento, ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação."

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, aprovar a proposta de deliberação apresentada, bem como a minuta de escritura de compra e venda, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Fábrica da Igreja Paroquial de São Vicente, referente a uma parcela de terreno, sita em Encosta da Barata, na União de Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, pelo valor de 1.694,00€ (mil seiscentos e noventa e quatro euros).

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

O vereador Avelino Manana apresentou a seguinte declaração de voto:

"A CDU é favorável ao apoio, por parte do Município, a projetos de entidades religiosas que tenham impacto social como foi o caso da venda de terreno municipal a preços simbólicos para a construção de um lar para idosos, à Igreja Católica.

A CDU entende que este pedido de deliberação é diferente do acima referido, uma vez que a venda do terreno a preços simbólicos não tem como objetivo um projeto com impacto social, mas sim o apoio a um projeto de construção de um local exclusivamente para culto.

Nesse sentido, o voto da CDU é de abstenção."



Nº 04 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Capital Humano, datada de 4 de junho de 2015, remetendo para aprovação, minuta da escritura de compra e venda, a celebrar entre os

Ata da reunião da Câmara Municipal de 30 de junho de 2015

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. a) – Política Fiscal – IMI

Considerando o disposto na alínea d), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na atual redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **fixar** nos termos da alínea c) do n.º 1 do referido artigo 112.º, **a taxa de IMI de 0,4% relativa aos prédios urbanos, a liquidar em 2016.**

Mais delibera, ao abrigo do n.º 13 do referido artigo 112.º do CIMI, **fixar a redução no caso de imóveis destinados à habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes**, nos termos do artigo 13.º do IRS, compõe o agregado familiar do proprietário, a 31 de dezembro:


- a) 1 dependente a cargo – redução de 10%;
- b) 2 dependentes a cargo – redução de 15%;
- c) 3 dependentes a cargo – redução de 20%

Votação:

Aprovada por maioria, com 7 votos
contra (1 EDS/PP + 1 PS + 5 PSD) e 5 abstenções
(1 BE + 2 PS + 2 PSD (Presidentes de Junta))

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. b) – Política Fiscal – Derrama

Considerando o disposto na alínea d), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto nos n.ºs 1 e 10 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, delibera **autorizar o lançamento de uma derrama para cobrança em 2016, sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC), fixando-se o montante de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC), para sujeitos passivos com um volume de negócios que ultrapasse os 150.000,00€, e isenção de derrama, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00€.**

Votação:

*APROVADA POR MAIORIA, com 7 votos
com 1 (BE + 1 PSD/PP + 5 PSD) e 2 absten-
ções (PSD - Presidentes de Junta)*

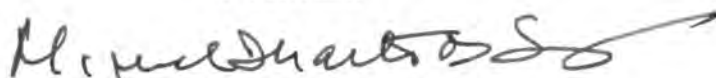
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. c) – Política Fiscal - IRS

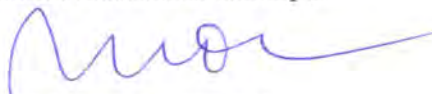
Considerando o disposto nas alíneas c), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 26.º n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, (anterior artigo 20.º, n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **fixar em 4,5% a participação variável no IRS a liquidar em 2017, com referência aos rendimentos dos municípios do ano 2016.**

Votação

A PROVA DA POR MAIORIA, com 11
votos contra (1 BE + 1 EDS/PP + 4 EDV +
5 PSD)

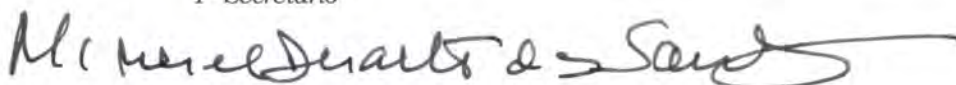
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5. – Listagem dos Imóveis Degradados

Considerando o disposto na alínea d), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na atual redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **fixar a majoração de 30% da taxa de IMI referente aos prédios urbanos degradados conforme a identificação constante da informação e listagem anexas.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE

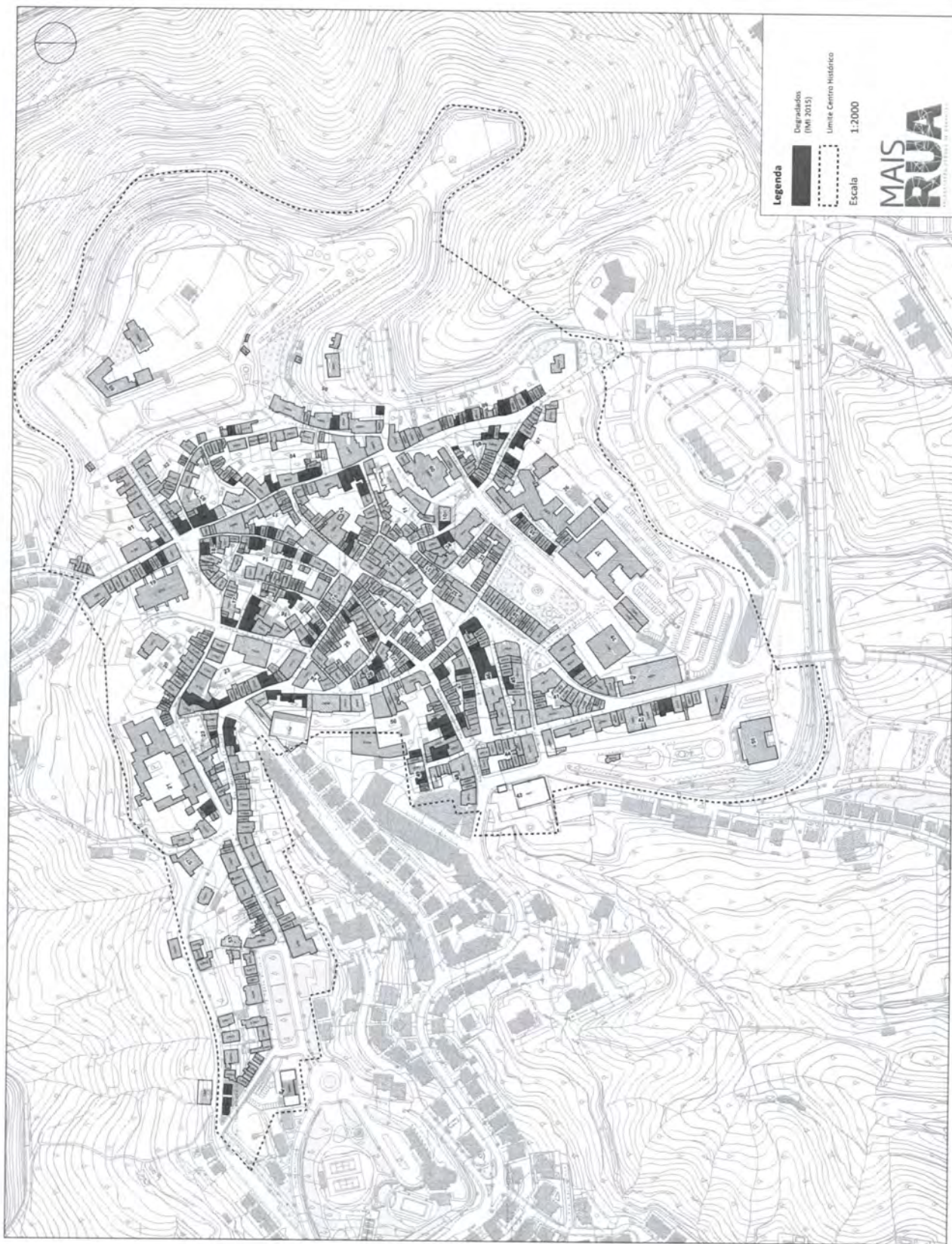
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6. - Eleição de um elemento para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Abrantes

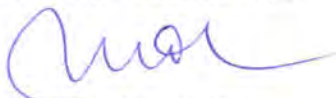
Considerando o disposto na alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, **por escrutínio secreto, elege**, face à(s) lista(s) apresentadas à votação (documentos anexos).

Votação:

TOTAL DE VOTANTES — 33
VOTOS NULOS — 1
VOTOS BRANCOS — 3
VOTOS SIM — 29

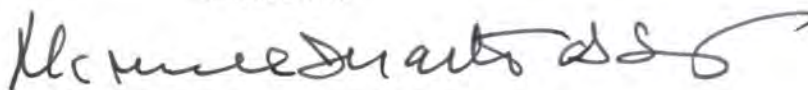
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Ponto 6. - Eleição de um elemento para a C.R.C. J.

O PS propõe a cidadã - Maria Fernanda
Cardoso Antunes - Professora Aposentada.

Notimatchemsef
Francisco José Vilela F. de
Quintana
Sedro.
D. A. F. - S
Lins Alves
Kara
Segundo
Rafael Pinto
António T. Silva

Elaborar boletim
de voto com
letra (A)
Man
28.9.2015

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ponto 6. - Eleição de um elemento para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Abrantes

ÓRGÃOS	ORDEM	PARTIDO	ELEITOS	Sessão Ordinária 28 de setembro de 2015	Votação
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	6	PS	António Lucas Gomes Mor		✓
	2		Manuel Duarte dos Santos		✓
	4		Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana		✓
	8		Francisco José Vilela Mendes		✓
	9		Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel		✓
	12		António Manuel Godinho Paulo		✓
	15		Jorge do Carmo Beirão		✓
	16		Maria da Piedade Dias Fernandes Pinto		✓
	19		Alfredo Moreira dos Santos		
	20		Sónia Maria de Matos Pedro		✓
	Lista		Celso José Pacheco da Silva		✓
	3	PSD	Ana Margarida Almeida Pinho Neno Togtema		✓
	14		Diogo João Ferreira Valentim		✓
	17		José Miguel Antunes Martins Vitorino		✓
	Lista		João Gonçalves da Silva Teodoro		✓
			Ana Sofia Chambel Dias		✓
	5	CDU	Elsa Cristina Guerreiro Lopes		✓
	11		Luis Miguel Pires Lourenço		✓
			José Augusto das Neves Dias		✓
	Lista	BE	Armindo Rodrigues Silveira		✓
		CDS-PP	José Vasco de Lacerda Ruivo Matafome		✓
JUNTAS DE FREGUESIA		PS	Manuel João Salvador Alves	JF Bemposta	✓
			Luis Serras Vermelho	JF Carvalhal	✓
			Sónia Cristina Brunheta Campos Alagoa	JF Fontes	✓
			Maria Teresinha Conceição Garcia Barreiro	JF Martinchel	✓
			Maria Florinda Fontinha Sousa Salgueiro	JF Pego	✓
			Vitor Hugo Braz Vicente Cardoso	JF Tramagal	✓
			Bruno Jorge Vicente Tomás	UF Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	✓
			José Manuel Rodrigues Felício	UF Alvega e Concavada	✓
			António Martins Campos	UF São Facundo e Vale das Mós	✓
			Luis Teixeira Alves	UF São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	✓
		PSD	Rui Manuel Vasco André	JF Rio de Moinhos	✓
			Álvaro Manuel Paulino	UF Aldeia do Mato e Souto	✓
		CDU	Maria Teresa Matos Santos Dinis	JF Mouriscas	✓

Total de Votantes - 33

Votos NÃO - 1

BRANCOS - 3

VOTOS SIM - 29

A Mesa:

Maria Fátima Chambel - PS
 Celso José Pacheco da Silva - CDU
 Ana Sofia Chambel Dias - PSD

Armindo Rodrigues Silveira BE



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. - *Aquisição de 150 Unidades de Participação da A. Logos – Associação para o Desenvolvimento Assessoria e Ensaio Técnicos*

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar a aquisição de 150 Unidades de Participação da A. Logos – Associação para o Desenvolvimento Assessoria e Ensaio Técnicos**, conforme documento anexo.

Votação:

Aprovada por maioria, com 5 votos contra (PSD) e 3 abstenções (1 BE + 2 PSD – Presidentes de Junta)

2

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

81.1/3



Informação do Responsável

Despacho

De:
Chefe da Divisão
Financeira

Para:
Presidente da Câmara Municipal

Nº
6

Data:
05/08/2015

Assunto: A.Logos - Aquisição de UP's

De acordo com informação que nos foi remetida pela A.Logos, para fazer face à débil situação financeira da A.Logos, foi encetado um processo de contingência para revitalização do laboratório que passa, nomeadamente:

- pela mudança do modelo organizacional, envolvendo uma reestruturação do quadro de recursos humanos, por forma a adaptá-los às necessidades atuais da procura, bem como, uma redução da subcontratação;
- pela renegociação da dívida bancária, já iniciada junto da CGD;
- preparação de um conjunto de candidaturas ao Portugal 2020, perspetivando-se uma candidatura na área da investigação e desenvolvimento, uma candidatura ao Sudoe (projetos transfronteiriços), havendo já um parceiro espanhol interessado em apresentar um candidatura conjunta com a A.Logos e uma terceira candidatura à ACT, no âmbito de prestações de serviços;
- análise à carteira de clientes, numa perspetiva de rentabilidade dos serviços prestados;
- captação de novos clientes, estando em fase avançada de negociação a celebração de contrato de prestação de serviços com a empresa Biomar (cliente Norueguês, especializado em rações animais), a iniciar em 2016 (sendo exetável que por si só possa garantir a sustentabilidade do laboratório). Estão já a decorrer os ensaios dos aminoácidos.



Foi já aceite pelas Termas de Portugal (associação representativa do setor), uma proposta de parceria com vista à celebração de protocolo de colaboração.

Na sequência de reunião da Direção da A.Logos, informou-nos o Sr. Vice-Presidente da Câmara, como membro representante do Município nesse órgão, que face a uma situação de acentuada dificuldade de tesouraria para os próximos meses, vai a Direção da Associação, propor à Assembleia Geral, um aumento de capital, traduzido em Unidades de Participação a adquirir pelos Associados.

De acordo com estimativa feita, esse aumento de capital pode corresponder a, aproximadamente, 160 Unidades de Participação, o que corresponde a um montante de 160.000,00€.


Nestes termos, informamos o seguinte:

- o Município de Abrantes é o principal associado da A.Logos, sendo detentor de 96,9% do seu capital, conforme quadro seguinte:

Associados	Capital	%
Abrantes	259.000,00 €	96,9%
Constância	3.210,00 €	1,2%
Gavião	1.498,80 €	0,6%
Mação	1.498,80 €	0,6%
Sardoal	1.000,00 €	0,4%
SM Tomar	1.000,00 €	0,4%
	267.207,60 €	100%

- nos termos do disposto no nº 1 do artº 53º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a aquisição de participações locais depende de deliberação da assembleia municipal, sob proposta da camara municipal. A aquisição deve ser devidamente fundamentada, integrando pressupostos justificativos do relevante interesse público local;
- nos termos do estipulado no nº 1 do artº 54º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o ato está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, independentemente do valor;
- a aquisição é obrigatoriamente comunicada à IGF e à DGAL, no prazo de 15 dias.

À consideração superior.


(Doc. assinado digitalmente)
Ana Cristina Neves
Assistente Financeira e Administrativa

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8. – Autorização de compromisso plurianual para abertura de procedimento pré-contratual para fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Especial (BTE) - para várias instalações municipais

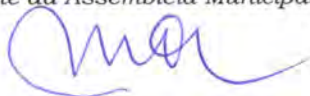
Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **autorizar a assunção do compromisso plurianual para abertura de procedimento pré-contratual para fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Especial (BTE) - para várias instalações municipais.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE

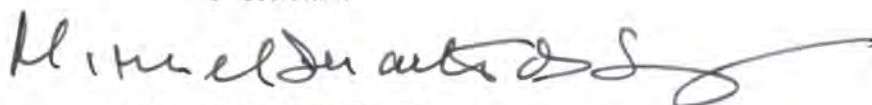
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

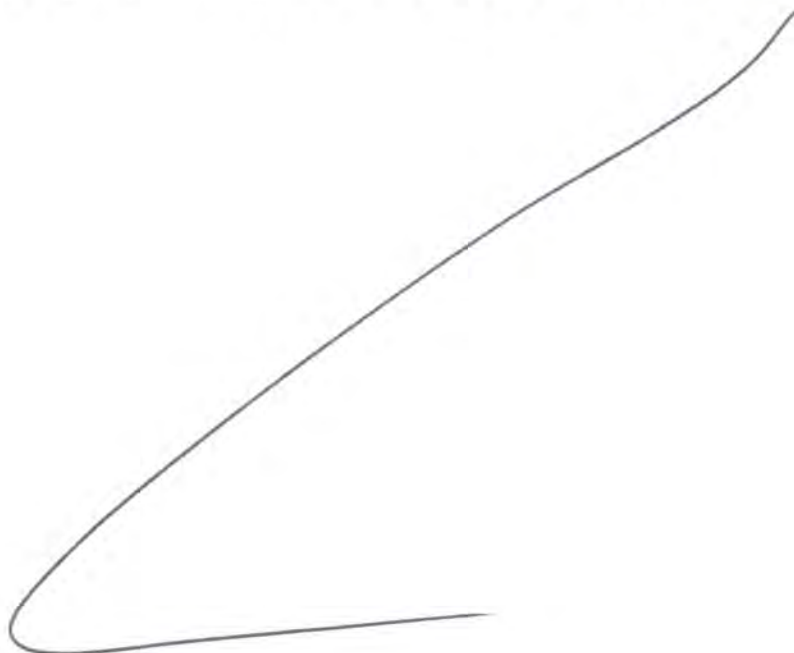
PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

9. – Alteração ao mapa de pessoal do Município de Abrantes

Considerando o disposto na alínea o), do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **aprovar a alteração ao mapa de pessoal do Município de Abrantes**, conforme documento anexo.

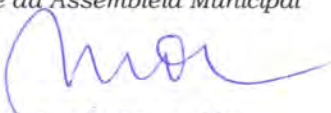
Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE



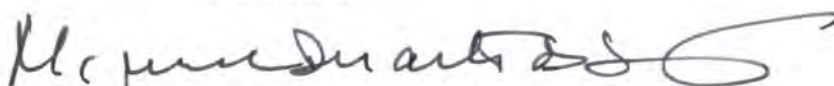
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/8

Nº 08 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 01 de setembro de 2015, que aprovou o parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearborização com eucaliptos em 61,8ha, num prédio rústico, denominado Camelo do Meio, matriz 3-F, na União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós, requerido por Altri Florestal SA – PG 237190

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por maioria com o voto contra do Vereador da CDU, Avelino Manana e a abstenção do Vereador do PSD, Luís Ablú Dias, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou o parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearborização com eucaliptos, nos termos e com os fundamentos da informação do SOT/SIG da Divisão de Ordenamento Gestão Urbanística, datada de 21 de agosto de 2015.

As posições manifestadas na discussão da proposta de deliberação que consta no ponto nº 06 da ordem de trabalhos aplicam igualmente aos pontos nºs 07 e 08.



Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano

Nº 09 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de informação do Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano, que remete para aprovação, e submissão à aprovação da Assembleia Municipal, a alteração ao mapa de pessoal do Município de Abrantes de 2015.

A alteração fundamenta-se no recrutamento de um assistente operacional para apoio a crianças com necessidades educativas especiais autorizado pela DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. – PG 235747

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração ao mapa de pessoal Município de Abrantes de 2015 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea o) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

Nº 10 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 20 de agosto de 2015, a dar conta da anulação de parte da 2ª tranche, no valor de 75.00€ (setenta e cinco euros), do apoio aprovado para a Associação de Cicloturismo e BTT do Pojo, no âmbito do FinAbrantes 2014-2015-Medida 2. – PG 198078

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total	Tempo parcial											
			P	AP			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Pessoal Dirigente																	
Os titulares de cargos de direcção exercem, na sua unidade organica, as funções e competências, previstas na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril com a redacção dada pelas respectivas alterações.	Dirigente	Dirigente Intermediário de 2.º Grau - Chefe de Divisão											6 a)	3 b)			
Os titulares dos cargos de direcção intermédia de 3º grau, exercem, na sua unidade organica, as funções e competências, previstas no modelo de estrutura organizacional dos serviços municipais, aprovado pela Assembleia Municipal, nomeadamente, funções de direcção, gestão, coordenação e controlo de serviços ou unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada.	Dirigente	Dirigente Intermediário de 3º Grau - Coordenador de unidade organica											1	2 c)			
Ao comandante operacional de protecção civil compete exercer a actividade tendo em vista os objetivos fundamentais da protecção civil, a saber, prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público, apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe. Em especial compete-lhe exercer as funções previstas no artigo 14º da Lei 65/2007, de 12/11.	Comandante Operacional Municipal	Comandante Operacional Municipal											1	1			

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)											Trabalhadores ausentes por motivo de:					
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço			CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR	
					Tempo total	Tempo parcial	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP					
			P	AP											P	AP	P	AP	P
Carreiras gerais - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas																			
Aos técnicos superiores, de acordo com a sua área de formação e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções consultativas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos,com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividadesde apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns,instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade,tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores.	Tecnico Superior	Tecnico Superior	78	5 d)	1										5 d)	2 e)	1		
Aos coordenadores técnicos compete nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, exercer funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das actividades de programação e organização do trabalho pessoal que coordena, segundo orientações e directivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	11	1												1			
Aos assistentes técnicos, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços.	Assistente Técnico	Assistente Técnico	102	3 f)												3			1

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)										Trabalhadores ausentes por motivo de:				
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
					Tempo total	Tempo parcial											
			P	AP			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Aos encarregados operacionais, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de coordenação dos assistentes operacionais afectos ao seu sector de actividade, por cujos resultados é responsável. Realisação das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	3														
Aos assistentes operacionais, de acordo com a sua área de especialidade e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis: Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; Responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à sua manutenção e reparação dos mesmos.		Assistente Operacional	120	5 g)	1 i)										1		1

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)										Trabalhadores ausentes por motivo de:				
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR
			P	AP	Tempo total		Tempo parcial		P	AP	P	AP	P	AP			
					P	AP	P	AP									
Carreiras subsistentes e carreiras não revistas																	
Aos especialistas de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas no Dec-Lei nº 97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002 de 03/04, nomeadamente, funções de concepção e aplicação em qualquer das seguintes áreas: Gestão e arquitectura de sistemas de informação; Infraestruturas tecnológicas e engenharia de software,(ver especificações na referida Portaria). Incumbe ainda ao pessoal integrado nesta carreira as seguintes tarefas, nas respectivas áreas de especialidade: - colaborar na definição de políticas, no desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, na modelização de testes e na avaliação de protótipos e na realização de actividades de consultadoria e auditoria especializada: - estudar o impacto dos sistemas e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional, propondo medidas adequadas para a introdução de inovações na organização e funcionamento dos serviços e para a formação dos utilizadores de informática: - participar no planeamento e no controlo de projectos informáticos.	Especialista de informática	Especialista de informática, grau 2	1														
Aos técnicos de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções as no Dec-Lei nº 97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002 de 03/04, nomeadamente, funções numa das seguintes áreas funcionais: infra-estruturas tecnológicas e engenharia de software, conforme especificações no n.º 3 da Portaria referida.	Técnico de informática	Técnico de informática, grau 1	6	1 h)													

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)										Trabalhadores ausentes por motivo de:					
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade	CIP	M	LsR		
					Tempo total	Tempo parcial												
			P	AP			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP		
Aos fiscais municipais, compete exercer as funções previstas no Despacho SEALOT nº20/94, publicado no Diário da Republica nº110 de 12 de Maio de 1994, nomeadamente, fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a área de ocupação da via pública., publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua actuação específica.	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal Especialista	2															
	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal 1ª classe	2															
	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal 2ª classe	1															
Aos fiscais de obras, compete exercer as funções previstas no Despacho n.º 38/88, publicado na II série do DR de 36 de janeiro de 1989, nomeadamente fiscalizar os trabalhos realizados na via pública, por empresas concessionárias e outras, de acordo com o regulamento de obras na via pública, efectuando as medições necessárias; Informa os processos que lhe são distribuídos; Obtem todas as informações de interesse para os serviços onde está colocado, através de observação directa no local; Verifica e controla as autorizações e licenças para a execução dos trabalhos; Vistoria prédios, informando sobre o seu estado de conservação.	Fiscal de obras	Fiscal de Obras	1															
Ao bombeiro profissional, compete exercer as funções de socorro à população, nomeadamente as previstas no Dec-Lei nº 106/2002 de 13/04 e no Dec-Lei nº 241/2007 de 21/06, com as alterações que lhe foram introduzidas.	bombeiros	chefe	0													1		
		bombeiro de 1ª	0													2		
		bombeiro de 2ª	5													3	1	
TOTAL			334	15	1	1	0	0	0	8	6	0	0	9	2	7	3	2

Legenda:

- P: Posto de trabalho providos
 AP: Postos de trabalho a prover
 RUEPTI: Relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado
 RUEPTD: Relação jurídica de emprego publico por tempo determinado ou determinável
 CIP: Cedência de Interesse publico (entidades de origem ou de destino, não abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)
 M: Mobilidade (entidades empregadoras publicas de origem ou de destino, abrangidas pelo ambito de aplicação objectivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)
 LsR: Licença sem remuneração

Observações:

- Quatro técnicos superiores do mapa de pessoal do Município de Abrantes, encontram-se em comissão de serviço, como Chefes de Divisão, três dos quais em regime de substituição
- Recrutamento para três Chefes de Divisão, para a Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano; Divisão de Cultura, Património e Desporto e Divisão de Gestão de Projetos e Produção
- Recrutamento para dois Dirigentes de 3º Grau, para as Unidades Organicas de 3º grau de Ambiente e Sustentabilidade e de Desenvolvimento Económico e Turístico
- Recrutamento para cinco postos de trabalho, ocupados em mobilidade, com formação superior nas áreas de linguas; de ciências documentais; de gestão turística e Cultural; de administração pública e de engenharia civil.
- Dois postos de trabalho em mobilidade, um com formação superior em História outro em Economia
- Recrutamento para três postos de trabalho de assistente técnico, que se encontram ocupados em mobilidade
- Recrutamento para cinco postos de trabalho, um para funções de pintor de pedreiro, um para funções de Pintor de Construção Civil e um para funções de Eletricista Auto.
- Recrutamento para um posto de trabalho com formação em curso que confira certificação da qualificação de nível 3 na área de informática
- Recrutamento para um posto de trabalho para funções de auxílar nas Escolas, para apoio a crianças com necessidades educativas especiais (autorização excecional da Dgest)



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

- 10. – Acordos de colaboração com a União das Juntas de Freguesia e Alvega e Concavada e Junta de Freguesia de Carvalhal - Atividades de Animação e Apoio à Família no Pré-escolar nos Jardins de Infância – ano letivo 2015/2016**

Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar** os **Acordos de colaboração com a União das Juntas de Freguesia e Alvega e Concavada e Junta de Freguesia de Carvalhal - Atividades de Animação e Apoio à Família no Pré-escolar nos Jardins de Infância – ano letivo 2015/2016, os quais se enquadram na autorização prévia de compromisso plurianual dada pela Assembleia Municipal em 29 de abril de 2015.**

Votação:

A PROVA DA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

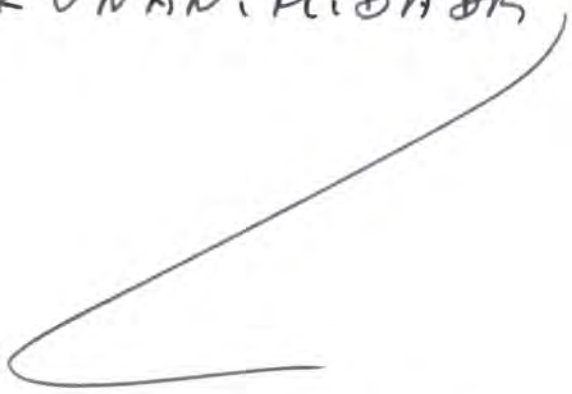
PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

11. – *Contrato interadministrativo com as União das Freguesias de Abrantes e Alferrarede, Alvega e Concavada, e as Juntas de Freguesia de Bemposta, Carvalhal e Rio de Moinhos no âmbito da organização e gestão dos transportes escolares*

Considerando o disposto no artigo 120º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar** o **contrato interadministrativo com as União das Freguesias de Abrantes e Alferrarede, Alvega e Concavada, e as Juntas de Freguesia de Bemposta, Carvalhal e Rio de Moinhos no âmbito da organização e gestão dos transportes escolares, os quais se enquadram na autorização prévia de compromisso plurianual dada pela Assembleia Municipal em 29 de abril de 2015.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE



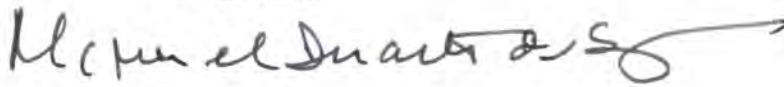
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

12.a) - Apoio à Freguesia de Fontes – IV Festival de Doçaria e Artesanato do norte do concelho de Abrantes

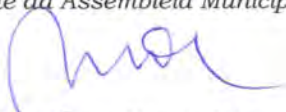
Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar** o **apoio à Freguesia de Fontes – IV Festival de Doçaria e Artesanato do norte do concelho de Abrantes**.

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE

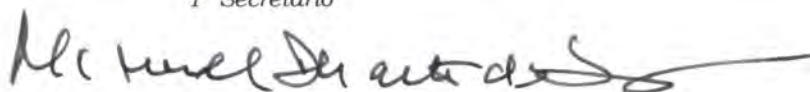
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

12.b) - Apoio à Freguesia de Mouriscas – XXIII Feira de Artesanato e Gastronomia de Mouriscas

Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à Freguesia de Mouriscas – XXIII Feira de Artesanato e Gastronomia de Mouriscas.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

12.c) - Apoio a Todas as Juntas – uma carrada de areia para cada cemitério do concelho

Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio todas as Juntas – uma carrada de areia para cada cemitério do concelho.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

12.d) – Apoio à Freguesia de Rio de Moinhos – obras de conservação e beneficiação da antiga Escola E.B. 1 de Rio de Moinhos

Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à Freguesia de Rio de Moinhos – obras de conservação e beneficiação da antiga Escola E.B. 1 de Rio de Moinhos.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 28 de setembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

13. – Apoio à Freguesia de Carvalho – intervenções no edifício sede da Junta para reinstalação da Unidade de Saúde Familiar

Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à Freguesia de Carvalho – referente a obras para reinstalação da Unidade de Saúde de Carvalho.**

Votação:

Aprovada por maioria, com 5
abstenções (1 BE + 4 EDU)

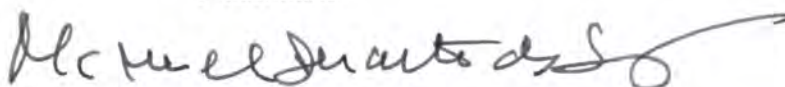
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos